

DEPTO.DE ADMINISTRACAO DA UFPE

Termo de Referência 62/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
62/2026	153409-DEPTO.DE ADMINISTRACAO DA UFPE	WAGNER ROCHA GOMES	18/09/2026 14:21 (v 0.18)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação		23076.063078/2026-69

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23076.063078/2026-69)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, do Instituto Negócios Públicos do Brasil, CNPJ: 10.498.974 /0002-81, nos termos do Art. 74, Inciso III, alínea f, da Lei n. 14.1333/2021, para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com vistas à participação das servidoras Marliete Cristina Barbosa Lima, matrícula SIAPE 1134174 e Polyane Lopes de Almeida, matrícula SIAPE 1854619, no curso 20º Pregão Week, a ser realizado no período de 19 /10/2026 a 23/10/2026, em Foz do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Inscrição no curso "20º Pregão Week"	21172	02	7.330,00	11.900,00

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual relativo a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, nos termos do Art. 74, Inciso III, alínea f, da Lei n. 14.133/2021.

1.3. O serviço é enquadrado como por escopo.

1.4. No valor da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5. A contratação será formalizada por nota de empenho com força de contrato.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 03 (cinco) dias, contados de 19 de outubro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133/2021. 1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

Fundamentação legal

2.2. Conceitos gerais da Lei nº 14.133/2021:

2.3. A contratação direta por inexigibilidade de licitação está prevista na alínea "f", do inciso III, do art. 74 da Lei nº 14.133 /2021 e pressupõe inviabilidade de competição.

2.4. Em seu art. 74, a Lei nº 14.133/2021 traz o seguinte:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

2.5. A inviabilidade de competição pode decorrer de ausência total de competidores em razão da existência de apenas um particular apto a ofertar o bem pretendido pela Administração, podendo também decorrer da impossibilidade de comparar objetivamente os diversos objetos similares encontrados no mercado, por possuírem natureza técnica e ser, diretamente, produto do desempenho do profissional especializado que o executa.

2.6. A configuração da inexigibilidade de licitação no caso concreto:

2.6.1 O que respalda a inexigibilidade de licitação, nesse caso, é justamente a inexistência de critérios objetivos na escolha do prestador de serviços quando se trata de serviços técnicos profissionais especializados, de natureza singular, cuja aferição é complexa e pressupõe um grau de subjetividade que faz cair por terra a competitividade.

2.6.2. A situação ora em análise apresenta as seguintes características:

a) o serviço é técnico profissional especializado, de natureza singular;

b) o serviço é prestado de forma peculiar, diferenciada em face dos demais ofertados pelo mercado, e disponibilizado apenas por empresa a ser contratada;

c) não é possível estabelecer uma comparação objetiva, em termos de conteúdo, com os diversos serviços prestados pelas empresas do ramo;

2.7. É inviável estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem da capacidade e do desempenho do profissional que o executará. Portanto, qualquer tentativa de licitar serviço como este restaria frustrada, pela dificuldade de processar-se o julgamento objetivo.

2.8. Dessa forma, o presente Termo de Referência objetiva atender ao interesse da Administração, formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD, em inscrever as servidoras do Gabinete do Reitor que atuam no assessoramento da homologação de pregões eletrônicos e de outros certames, análises/conferências de instrução processual de termos de referências, atas de registro de preços, contratos administrativos decorrentes de pregão e outras modalidades licitatórias.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Abrange o pagamento da inscrição para 02 (duas) servidoras que atuam na Assessoria Administrativa do Gabinete do Reitor e assessoramento na homologação de pregões eletrônicos e de outros certames, análises/conferências de instrução processual de termos de referências, atas de registro de preços, contratos administrativos decorrentes de pregão e outras modalidades licitatórias.

3.3. A participação no evento objetiva a qualificação, a capacitação e a atualização das servidoras, buscando aprimorar a visão global de todo o processo licitatório no intuito de analisar os processos administrativos de licitações e contratos decorrentes de Pregão com maior domínio e conhecimento dos aspectos legislativos e de gestão e, consequentemente, assessorar de forma mais eficiente, eficaz e efetiva à Autoridade Superior. Dessa forma, é possível garantir um olhar mais crítico de todo o processo e, assim, contribuir para melhorar a qualidade e economia para aquisição de bens e serviços da UFPE através do aperfeiçoamento da política de desenvolvimento das Compras Públicas.

3.4. O Instituto Negócios Públicos é líder de mercado, pois reconhecidamente oferece as melhores soluções em qualificação e capacitação dos servidores públicos, como o detentor de notória especialização inspira a confiança necessária para minimizar o risco envolvido na contratação, isto é, faz presumir a execução de um serviço satisfatório, de qualidade inquestionável, justamente porque já é notoriamente reconhecido pelo mercado. Entende-se que aquele que detém notória especialização conta com um conjunto de fatores e condições que proporciona ao contratante a confiança de que ele é o mais adequado para a executar o objeto da contratação.

3.5. Com mais de 18 anos de atuação, o Grupo possui hoje os 05 (cinco) maiores eventos na área de compras públicas, com recordes sucessivos de públicos: Congresso de Pregoeiros, Contratos Week, Pregão Week, Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições e o Congresso Brasileiro de Compras Públicas.

3.6. Possui cursos mensais, com temáticas diferentes, que tratam dos principais temas ligados à área de compras e licitação pública. Sempre a frente no segmento, com espírito de inovação aliado ao melhor conteúdo da área de Compras Públicas oferece os Cursos Online 100% ao Vivo para todo o Brasil, com a mesma qualidade dos treinamentos presenciais.

3.7. Conta com parceiros experientes e notoriamente reconhecidos como altamente qualificados, em matéria de contratação pública, que atuam como professores, palestrantes, advogados, pregoeiros, entre outras atuações, como Eduardo Guimarães, Felipe Ansaloni, Jamil Manasfi, Paulo Rui Barbosa, Paulo Teixeira, Lindineide Cardoso, Jorge Jacoby, Rony Charles, Anderson Pedra, Ministro Benjamin Zymler, Christianne Stroppa, entre outros.

3.8. O Instituto oferece, ainda, no mercado, outros produtos, no intuito de corroborar com a qualificação e com o apoio ao servidor público e com o crescimento do país: Banco de Preços, ContratosGov, Cursos, Congressos, Seminários, Sollicita, Govplan entre outros.

3.9. A inviabilidade de competição no caso em tela decorre da impossibilidade de se estabelecer um critério objetivo de julgamento para o certame, uma vez que o 20º Pregão Week possui características artísticas, científicas e didáticas singulares, que não encontram equivalente idêntico no mercado:

- Singularidade Metodológica e Temática: O evento foi projetado especificamente para fazer o balanço prático de 05 anos de vigência da Lei nº 14.133/2021. Diferente de cursos genéricos de prateleira, ele oferece oficinas temáticas integradas voltadas ao cotidiano operacional de Pregoeiros e Agentes de Contratação, unindo a operacionalização de sistemas (como o Compras.gov.br) com análises críticas de riscos, governança e impactos da inteligência artificial nas licitações.
- Exclusividade Organizacional: O formato do treinamento corporativo imersivo (com 30 horas de capacitação presencial), infraestrutura de apoio, o material didático exclusivo e os canais de revisão de conteúdo pós-evento (gravação por 30 dias na plataforma npevents.com.br) pertencem de forma exclusiva à propriedade intelectual e técnico-operacional do Instituto Negócios Públicos.

3.10. A notoriedade e a especialização da solução contratada se provam pelo currículo técnico indiscutível dos coordenadores e palestrantes que compõem a grade exclusiva do evento:

- Coordenação Técnica: O evento é coordenado pelo Dr. Victor Amorim, Doutor pela UnB, membro do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e que atuou diretamente na elaboração do projeto de lei que originou a própria Lei nº 14.133/2021. Divide a coordenação com Nádia Dall Agnol, especialista consagrada e ex-pregoeira com reconhecida atuação nacional no mercado de compras públicas.
- Corpo Docente Altamente Qualificado: O quadro de instrutores é composto por autoridades e membros da alta linha de defesa dos principais órgãos reguladores e de controle do país, incluindo Evaldo Ramos (Auditor Federal do TCU), Karine Machado (Auditora Federal do TCU), Tatiana Camarão (Mestra e autora de obras fundamentais sobre Termo de Referência), Alessandro Macedo (Auditor do TCM/BA), Christianne Stroppa (Doutora e Assessora do TCM/SP) e Viviane Mafissoni (Coordenadora-Geral de Logística da AGU).

O reconhecimento público, a experiência e a autoria doutrinária desses profissionais preenchem perfeitamente o requisito de notória especialização exigido pelo § 3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado para a plena satisfação do objeto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
- A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.2. Requisitos de Notória Especialização e Coordenação (Art. 74, § 3º)

A reputação e a expertise da instituição promotora cumprem as exigências legais por meio de:

- Coordenação Técnica de Elite: O evento é coordenado pelo Dr. Victor Amorim, doutor em Constituição, Direito e Estado (UnB), membro do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e coautor do projeto que originou a Lei nº 14.133/2021. Conta ainda com a co-coordenação de Nádia Dall Agnol, especialista em Direito Administrativo e ex-pregoeira com ampla produção bibliográfica na área.
- Corpo Docente Reconhecido: As oficinas e painéis serão conduzidos por autoridades e doutrinadores renomados, tais como Evaldo Ramos (Auditor do TCU), Tatiana Camarão (Mestre pela UFMG), Karine Machado (Auditora do TCU), Alessandro Macedo (Auditor do TCM/BA), Anderson Pedra (Procurador do Estado

4.3. Justificativa de Preço e Vantajosidade (Proposta nº 28.535/2026)

- **Preço:** O valor de tabela praticado pela instituição é de R\$ 7.330,00 por participante. Contudo, conforme as condições comerciais negociadas na Proposta nº 28.535/2026, o órgão obteve um desconto total de R\$ 2.760,00.
- **Economicidade:** O investimento total para as 02 (duas) inscrições totaliza R\$ 11.900,00. O valor demonstra-se vantajoso para a Administração, pois inclui, além das 30 horas de capacitação, material de apoio exclusivo, certificado digital, 01 jantar de abertura, 07 coffee breaks, 04 almoços e o acesso à gravação do evento por 30 dias na plataforma npevents.com.br.

4.4. Objeto, Detalhamento e Justificativa do Interesse Público

- **Inviabilidade de Competição:** O treinamento possui conteúdo programático e corpo docente exclusivo. Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, inviabilizando a competição por não existirem critérios objetivos de comparação para propostas de teor estritamente científico e didático individualizado.
- **Nexo com as Atribuições Institucionais:** O evento visa capacitar os agentes públicos da UFPE diante do marco de cinco anos de vigência da Lei nº 14.133/2021. O foco prático abordará temas essenciais como a instrução de ETP e TR, o uso do Compras.gov.br, critérios de habilitação, negociação e o uso de inteligência artificial nas licitações. O objetivo é conferir maior segurança jurídica ao ambiente decisório da instituição.

4.5. Requisitos de Habilitação

O Contratado deverá comprovar que atende aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista vigentes em nome de:

- **Razão Social:** Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda.
- **CNPJ:** 10.498.974/0002-81.

O contratado deverá apresentar declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e parareabilitado da Previdência Social, nos termos do Inciso IV, do Art. 62, da Lei 14.133/2021, bem como a declaração de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854/1999.

4.6. Simplificação Procedimental

Substituição do Termo de Contrato: Com amparo no art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o instrumento formal de contrato será substituído diretamente pela Nota de Emissão de Empenho, haja vista a natureza da despesa envolver obrigação de adimplemento imediato por parte do fornecedor, sem obrigações futuras e continuadas para a UFPE.

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O **20º Pregão Week** é um encontro de pregoeiros, agentes de compras, e servidores que atuam na área de compras públicas. Um verdadeiro ponto de convergência, onde mais de 30 mil participantes já trilharam o caminho do sucesso. Referência nacional, o evento tornou-se um marco significativo na história das aquisições públicas no Brasil.

5.2 Estão incluídos na execução do objeto: 01 jantar de abertura, 07 coffee break, 04 almoços, material de apoio (livro, apostila impressa ou digital), acesso às palestras e oficinas, certificado digital (do evento e das oficinas) 05 dias após o término do evento, gravação 30 dias após o término do evento na plataforma www.npevents.com.br.

5.3 Carga horária total do objeto: 30 horas de capacitação.

5.4. Início do evento: 19 de outubro de 2026, às 20h;

Término do evento: 23 de outubro de 2026, às 12h.

5.5. Local de realização do evento: Av. das Cataratas, 3175 | Vila Yolanda | Foz do Iguaçu/PR.

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. A participação será confirmada mediante emissão da nota de empenho.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Não se aplica

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.4. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.8.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.8.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.14. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Quanto à habilitação econômico-financeira poderá ser dispensada, uma vez que a entrega será imediata, enquadrando-se no Inciso III do Art. 70, da Lei n.º 14.133/2021.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor global estimado para contratação do serviço, objeto deste Termo de Referência, corresponde a **R\$ 11.900,00 (Onze mil e novecentos reais)**.

10.2. O referido valor engloba, portanto, a inscrição de 02 (duas) servidoras no 20º Pregão Week ser realizado no período de 19/10/2026 a 23/10/2026, em Foz do Iguaçu/PR que atuam na gestão e na execução das atividades desenvolvidas para o planejamento e realização dos processos licitatórios, como também na triagem e análise de processos administrativos destinados ao Gabinete do Reitor e assessoramento à Autoridade Superior nas áreas de licitações e contratos,

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos para a execução da despesa proveniente do presente Termo correrão à conta de recursos alocados no orçamento do Tesouro Nacional, cuja reserva orçamentária será indicada pela Diretoria de Orçamento da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – DORC /PROPLAN. Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio, Natureza de Despesa: 339039

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 02 (dois) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas *na Autorização de Contratação Direta* no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O contratado não tem direito à prorrogação contratual.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.1.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.12. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.14. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.15. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.16. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1 Não se aplica

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WAGNER ROCHA GOMES

Equipe de apoio

THAIS VASCONCELOS DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

RODRIGO DE OLIVEIRA SIMOES

Responsável pela contratação direta

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETPTOTAL.pdf (2.12 MB)

DEPTO.DE ADMINISTRACAO DA UFPE

Estudo Técnico Preliminar 32/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.063078/2026-69

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar objetiva atender ao interesse da Administração, formalizada por meio do Documento de Formalização de Demanda, em inscrever duas servidoras da Assessoria Administrativa do Gabinete do Reitor que atuam na análise de processos administrativos e assessoramento à Autoridade Superior nas áreas de licitações e contratos para participar do evento **20º Pregão Week**, promovido pelo Instituto Negócios Públicos, que se realizará no período de **19 a 23.10.2026**, em Foz do Iguaçu/PR.

2.2. A Administração Pública vem vivenciando diversos desafios desde o início de 2020, das mais variadas ordens. Especificamente em matéria de contratações públicas, diversas leis, decretos, instruções e orientações foram publicados a fim de auxiliar os agentes na condução das contratações em período tão atípico, inclusive com sucessivas medidas provisórias. Diante de todo este contexto, soma-se a promulgação da nova Lei de Licitações.

2.3. Qualificação e Capacitação: a participação no evento visa elevar as habilidades dos servidores da área de compras públicas, influenciando diretamente na melhoria dos procedimentos dos processos de compras e contratações e contribuindo para o aperfeiçoamento da Política de Compras e Contratações da Universidade. Participarão deste evento alguns dos servidores que atuam na gestão e na execução das atividades desenvolvidas para o planejamento das compras e realização dos processos licitatórios.

2.4. A dinâmica das licitações na aquisição de bens e contratação de serviços na Administração Pública impõe ao setor planejamento (fase interna) e seleção de fornecedor (fase externa) dos órgãos uma série de sustentações e balizamentos jurídicos, administrativos e operacionais demandando dos servidores que atuam na área constante capacitação, atualização e aperfeiçoamento.

2.5. Considerando a natureza do evento: **20º Pregão Week** e a temática relacionada às **contratações públicas, licitações, gestão e fiscalização contratual e às recentes alterações normativas aplicáveis à Administração Pública**, verifica-se pertinência com as atividades administrativas desenvolvidas pelas servidoras lotadas na Assessoria Administrativa do Gabinete do Reitor, especialmente no apoio às demandas institucionais relacionadas à gestão administrativa.

2.6. As servidoras que irão participar do evento atuam na triagem e análise de processos administrativos destinados ao Gabinete do Reitor. Seguem abaixo algumas atividades que são desenvolvidas por elas, dentre outras:

2.6.1 Assessoramento à Autoridade Superior nas áreas de licitações e contratos;

2.6.2 Assessoramento na homologação de Pregão e de outros certames;

2.6.3 Análises/conferências de instrução processual de termos de referências, atas de registro de preços, contratos administrativos decorrentes de Pregão e outras modalidades licitatórias.

Fundamentação Legal

2.7. A contratação direta por inexigibilidade está prevista, neste caso, na alínea f, art. 74, inciso III da Lei nº 14.133/2021 e pressupõe inviabilidade de competição.

2.8. O Artigo 74 define que:

É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...) § 3º considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

2.9. A inviabilidade de competição pode decorrer de ausência total de competidores em razão da existência de apenas um particular apto a ofertar o bem pretendido pela Administração, podendo também decorrer da impossibilidade de comparar objetivamente os diversos objetos similares encontrados no mercado, por possuírem natureza técnica e ser, diretamente, produto do desempenho do profissional especializado que o executa.

2.10. A configuração da inexigibilidade de licitação no caso concreto:

2.10.1. O que respalda a inexigibilidade de licitação, nesse caso, é justamente a inexistência de critérios objetivos na escolha do prestador de serviços quando se trata de serviços técnicos profissionais especializados, de natureza singular, cuja aferição é complexa e pressupõe um grau de subjetividade que faz cair por terra a competitividade.

A situação ora em análise apresenta as seguintes características:

1. O serviço é técnico profissional especializado, de natureza singular;
2. O serviço é prestado de forma peculiar, diferenciada em face dos demais ofertados pelo mercado, e disponibilizado apenas por empresa a ser contratada;
3. Não é possível estabelecer uma comparação objetiva, em termos de conteúdo, com os diversos serviços de consultoria prestados pelas empresas do ramo. É impossível estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem da capacidade e do desempenho do profissional que o executará. Portanto, qualquer tentativa de licitar serviço como este restaria frustrada, pela inviabilidade de processar-se o julgamento objetivo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PROAD	Rodrigo de Oliveira Simões

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
- A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.2. Objeto, Detalhamento e Justificativa do Interesse Público

- Inviabilidade de Competição: O treinamento possui conteúdo programático e corpo docente exclusivo. Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, inviabilizando a competição por não existirem critérios objetivos de comparação para propostas de teor estritamente científico e didático individualizado.
- Nexos com as Atribuições Institucionais: O evento visa capacitar os agentes públicos da UFPE diante do marco de cinco anos de vigência da Lei nº 14.133/2021. O foco prático abordará temas essenciais como a instrução de ETP e TR, o uso do Compras.gov.br, critérios de habilitação, negociação e o uso de inteligência artificial nas licitações. O objetivo é conferir maior segurança jurídica ao ambiente decisório da instituição.

4.3. Requisitos de Notória Especialização e Coordenação (Art. 74, § 3º)

A reputação e a expertise da instituição promotora cumprem as exigências legais por meio de:

- **Coordenação Técnica de Elite:** O evento é coordenado pelo Dr. Victor Amorim, doutor em Constituição, Direito e Estado (UnB), membro do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e coautor do projeto que originou a Lei nº 14.133/2021. Conta ainda com a co-coordenação de Nádia Dall Agnol, especialista em Direito Administrativo e ex-pregoeira com ampla produção bibliográfica na área.
- **Corpo Docente Reconhecido:** As oficinas e painéis serão conduzidos por autoridades e doutrinadores renomados, tais como Evaldo Ramos (Auditor do TCU), Tatiana Camarão (Mestre pela UFMG), Karine Machado (Auditora do TCU), Alessandro Macedo (Auditor do TCM/BA), Anderson Pedra (Procurador do Estado/ES), Viviane Mafissoni (Coordenadora-Geral de Logística da AGU) e Vanice Valle (Doutora e Pós-Doutora pela FGV).

4.4. Justificativa de Preço e Vantajosidade (Proposta nº 28.535/2026)

- **Preço Consubstanciado:** O valor de tabela praticado pela instituição é de R\$ 7.330,00 por participante. Contudo, conforme as condições comerciais negociadas na Proposta nº 28.535/2026, o órgão obteve um desconto total de R\$ 2.760,00.
- **Economicidade:** O investimento total para as 02 (duas) inscrições totaliza R\$ 11.900,00. O valor demonstra-se vantajoso para a Administração, pois inclui, além das 30 horas de capacitação, material de apoio exclusivo, certificado digital, 01 jantar de abertura, 07 coffee breaks, 04 almoços e o acesso à gravação do evento por 30 dias na plataforma npevents.com.br.

4.5. Requisitos de Habilitação

O Contratado deverá comprovar que atendem aos requisitos de habilitação jurídica; fiscal, social e trabalhista; econômico-financeira vigentes em nome de:

- **Razão Social:** Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda.
- **CNPJ:** 10.498.974/0002-81.

O contratado deverá apresentar declaração de que cumpri as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do Inciso IV, do Art. 62, da Lei 14.133/2021, bem como a declaração de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854/1999.

4.6. Simplificação Procedimental

- **Substituição do Termo de Contrato:** Com amparo no art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o instrumento formal de contrato será substituído diretamente pela Nota de Emissão de Empenho, haja vista a natureza da despesa envolver obrigação de adimplemento imediato por parte do fornecedor, sem obrigações futuras e continuadas para a UFPE.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Da Análise de Soluções Disponíveis no Mercado

O mercado nacional dispõe de diversas empresas privadas e fundações que realizam congressos, simpósios e cursos voltados ao Direito Administrativo e às Compras Públicas. Contudo, constatou-se que o 20º Pregão Week possui características singulares que o tornam único e inviável de substituição direta por outras soluções de prateleira, pelas seguintes razões técnicas:

- **Singularidade do Conteúdo Programático:** O evento foi estruturado especificamente para fazer o balanço crítico de 5 anos de vigência da Lei nº 14.133/2021. As oficinas práticas simulam a realidade do dia a dia do pregoeiro, abordando problemas operacionais complexos como a instrução de ETP/TR, operação do Compras.gov.br, uso de Inteligência Artificial e a condução do Sistema de Dispensa Eletrônica.
- **Incomparabilidade do Corpo Docente:** Os professores escalados para o evento (como Dr. Victor Amorim, Nádia Dall Agnol, Evaldo Ramos, Karine Machado e Tatiana Camarão) não são apenas instrutores teóricos; são os próprios autores das minutas que originaram a Lei nº 14.133/2021, além de membros ativos de Tribunais de Contas (TCU, TCM/BA, TCM/SP) e da Advocacia-Geral da União (AGU). Essa concentração de especialistas em um único fórum não se replica em outras grades curriculares disponíveis no mercado.

5.2. Justificativa de Preço e Economicidade (Vantajosidade)

Para aferir a razoabilidade dos valores contratuais perante o mercado, analisou-se o custo-benefício da Proposta nº 28.535/2026:

- **Custo Nominal por Inscrição:** O valor regular de tabela para o público geral é de R\$ 7.330,00 por participante.

- Desconto Concedido à Administração: Em negociação comercial direta com o Instituto promotor, a UFPE obteve um abatimento de R\$ 2.760,00 sobre o pacote de vagas.
- Valor Final Negociado: O investimento total fixou-se em R\$ 11.900,00 para 02 (duas) inscrições (o que reduz o custo efetivo unitário para R\$ 5.950,00).

5.3. Conclusão do Levantamento

Considerando que:

- O preço ofertado à UFPE está abaixo do preço de tabela em razão do desconto global aplicado;
- Há a impossibilidade de estabelecer concorrência equânime (critérios de julgamento idênticos) devido à propriedade intelectual da grade e da coordenação do evento;
- O pagamento será realizado em parcela única por meio de Nota de Empenho vinculada à conta oficial do fornecedor no Banco do Brasil;

O **20º Pregão Week**, realizado pelo Instituto Negócios Públicos, demonstra-se como a escolha que melhor atende ao princípio da eficiência e do interesse público, validando a adoção do art. 74, III, "f" da Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Trata-se do pagamento das inscrições para 02 (duas) servidoras que atuam na triagem e análise de processos administrativos destinados ao Gabinete do Reitor e assessoramento à Autoridade Superior nas áreas de licitações e contratos.

6.2 As servidoras fazem assessoramento na homologação de pregões eletrônicos e de outros certames, análises/conferências de instrução processual de termos de referências, atas de registro de preços, contratos administrativos decorrentes de Pregão e outras modalidades licitatórias.

6.3 A participação no evento objetiva a qualificação, a capacitação e a atualização das servidoras, buscando aprimorar a visão global de todo o processo licitatório no intuito de analisar os processos administrativos de licitações e contratos decorrentes de Pregão com maior domínio e conhecimento dos aspectos legislativos e de gestão e, consequentemente, assessorar de forma mais eficiente, eficaz e efetiva a Autoridade Superior. Dessa forma, é possível garantir um olhar mais crítico de todo o processo e, assim, contribuir para melhorar a qualidade e economia para aquisição de bens e serviços da UFPE através do aperfeiçoamento da política de desenvolvimento das Compras Públicas.

6.4. A inviabilidade de competição no caso em tela decorre da impossibilidade de se estabelecer um critério objetivo de julgamento para o certame, uma vez que o 20º Pregão Week possui características artísticas, científicas e didáticas singulares, que não encontram equivalente idêntico no mercado:

- Singularidade Metodológica e Temática: O evento foi projetado especificamente para fazer o balanço prático de 05 anos de vigência da Lei nº 14.133/2021. Diferente de cursos genéricos de prateleira, ele oferece oficinas temáticas integradas voltadas ao cotidiano operacional de Pregoeiros e Agentes de Contratação, unindo a operacionalização de sistemas (como o *Compras.gov.br*) com análises críticas de riscos, governança e impactos da inteligência artificial nas licitações.
- Exclusividade Organizacional: O formato do treinamento corporativo imersivo (com 30 horas de capacitação presencial), a infraestrutura de apoio, o material didático exclusivo e os canais de revisão de conteúdo pós-evento (gravação por 30 dias na plataforma *npevents.com.br*) pertencem de forma exclusiva à propriedade intelectual e técnico-operacional do Instituto Negócios Públicos.

6.5. A notoriedade e a especialização da solução contratada se provam pelo currículo técnico indiscutível dos coordenadores e palestrantes que compõem a grade exclusiva do evento:

- Coordenação Técnica: O evento é coordenado pelo Dr. Victor Amorim, Doutor pela UnB, membro do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e que atuou diretamente na elaboração do projeto de lei que originou a própria Lei nº 14.133/2021. Divide a coordenação com Nádia Dall Agnol, especialista consagrada e ex-pregoeira com reconhecida atuação nacional no mercado de compras públicas.
- Corpo Docente Altamente Qualificado: O quadro de instrutores é composto por autoridades e membros da alta linha de defesa dos principais órgãos reguladores e de controle do país, incluindo Evaldo Ramos (Auditor Federal do TCU), Karine Machado (Auditora Federal do TCU), Tatiana Camarão (Mestra e autora de obras fundamentais sobre Termo de Referência), Alessandro Macedo (Auditor do TCM/BA), Christianne Stroppa (Doutora e Assessora do TCM/SP) e Viviane Mafissoni (Coordenadora-Geral de Logística da AGU).

O reconhecimento público, a experiência e a autoria doutrinária desses profissionais preenchem perfeitamente o requisito de notória especialização exigido pelo § 3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado para a plena satisfação do objeto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

De acordo com o Documento de Formalização de Demanda, este processo prevê a inscrição para 02 servidoras abaixo indicadas, no 20º Pregão Week, que se realizará de 19 a 23 de outubro de 2026, em Foz do Iguaçu-PR:

1. Marliete Cristina Barbosa Lima, matrícula SIAPE 1134174;
2. Polyane Lopes de Almeida, matrícula SIAPE 1854619.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 11.900,00

O valor global estimado da contratação é de **R\$ 11.900,00 (Onze mil e novecentos reais)**, conforme discriminado na proposta comercial, Anexo I deste ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em contratações diretas por inexigibilidade de licitação voltadas à capacitação de pessoal, a regra geral é a não divisão (não parcelamento) do objeto. Isso ocorre porque a solução técnica é intrinsecamente unitária e vinculada a um evento específico.

9.2. O artigo 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 estabelece o princípio do parcelamento como regra para as contratações públicas, visando à ampla competitividade e à economia de escala, desde que provada a viabilidade técnica e econômica. Todavia, o § 3º do mesmo artigo excepciona a aplicação do parcelamento quando a divisão do objeto puder causar prejuízo para o conjunto da solução ou quando o objeto for de natureza insensível à divisão.

9.3. Tratando-se da inscrição de servidores em evento de capacitação fechado e presencial (20º Pregão Week), promovido pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil, o fracionamento ou parcelamento do objeto mostra-se tecnicamente inviável e juridicamente incompatível pelas seguintes razões:

- Inseparabilidade e Unicidade do Bloco Didático: O objeto da contratação consiste em um pacote educacional fechado e contínuo de 30 horas de capacitação, distribuído ao longo de 5 dias (19 a 23 de outubro de 2026). As oficinas temáticas e os painéis estruturados na programação formam uma matriz curricular integrada. A divisão das palestras, dos dias de evento ou das temáticas entre diferentes fornecedores desfiguraria por completo a solução técnico-pedagógica pretendida.
- Vínculo com a Infraestrutura Logística e Organizacional: Conforme estipulado na Proposta nº 28.535/2026, o valor do investimento contratado engloba, além do acesso às aulas e material de apoio, serviços logísticos e de conveniência inseparáveis (como 01 jantar de abertura, 07 *coffee breaks*, 04 almoços e 30 dias de acesso à gravação na plataforma digital). Não há como segmentar a aquisição desses itens sem inviabilizar a participação dos servidores no Mabu Thermas Grand Resort.

9.4. Sob o aspecto econômico, o parcelamento do objeto traria severos prejuízos financeiros à Administração Pública:

- A UFPE obteve um desconto comercial corporativo global de R\$ 2.760,00 para a aquisição conjunta das 02 (duas) inscrições pretendidas.
- Qualquer tentativa de fracionamento ou de contratação de módulos isolados implicaria na perda das condições comerciais especiais garantidas pela consultoria do Instituto, elevando o custo para o preço de tabela integral (R\$ 7.330,00 por participante) e ferindo o princípio da modicidade dos gastos públicos.

9.5. Diante do exposto, resta plenamente demonstrado que o não parcelamento é a única alternativa viável, garantindo a integridade técnica da transferência de conhecimento, a eficiência operacional e a maior vantajosidade econômica para a Universidade Federal de Pernambuco.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há previsão de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Plano Estratégico Institucional da UFPE - 2013-2027, nas Declarações de Visão de Futuro, subitem Recursos Humanos, página 22 nos remete a:

- O quadro de técnico-administrativo possui formação altamente qualificada reconhecida pela excelência do seu desempenho, contribuindo para o desenvolvimento das suas ações.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A Administração Pública vem vivenciando diversos desafios desde o início de 2020, das mais variadas ordens. Especificamente em matéria de contratações públicas, diversas leis, decretos, instruções e orientações foram publicados a fim de auxiliar os agentes na condução das contratações em período tão atípico, inclusive com sucessivas medidas provisórias. Diante de todo este contexto, soma-se o advento da nova Lei de Licitações.

12.2 É importante ressaltar que os debates que ocorrerão sobre Legislação, Doutrina e Jurisprudência serão facilitados por profissionais renomados e de notória especialização que atuam nas áreas de controle, aquisição, planejamento, jurídica, dentre outras.

12.3. O evento abordará as principais alterações, inovações e procedimentos da nova Lei de Licitações, a fim de conferir segurança aos agentes públicos nesse momento de transição. Cabe informar ainda que os Palestrantes são renomados, e Coordenadores do Sistema de Compras Governamentais (Compras.gov.br) e PNCP, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI. Dessa forma, a participação é fundamental.

12.. A participação no evento “20º Pregão Week” tem como resultado esperado a qualificação/capacitação das servidoras, visando o aprendizado e aprimoramento na análise/conferência da instrução processual decorrentes de pregão e outras modalidades licitatórias, buscando aprimorar a visão global de todo o processo licitatório do Pregão para analisar os processos administrativos de licitações e contratos decorrentes de Pregão com maior domínio e conhecimento dos aspectos legislativos e de gestão e, consequentemente, assessorar de forma mais eficiente, eficaz e efetiva a Autoridade Superior. Dessa forma, é possível garantir um olhar mais crítico de todo o processo e, assim, contribuir para melhorar a qualidade e economia para aquisição de bens e serviços da UFPE através do aperfeiçoamento da política de desenvolvimento das Compras Públicas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há necessidade de alterações na estrutura da UFPE para a realização do evento, haja vista que será realizado fora do local de trabalho.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Neste item, a responsabilidade de possíveis impactos ambientais será da empresa Contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O reconhecimento público, a experiência e a autoria doutrinária dos profissionais envolvidos no 20º Pregão Week, bem como o reconhecimento como um dos principais parceiros da Administração Pública, o **Grupo Negócios Públicos** se destaca por entregar conteúdo de excelência, metodologia própria e resultados concretos por meio de eventos, treinamentos e soluções tecnológicas que unem inovação, conhecimento e prática para quem atua no dia a dia da administração pública, **preenche perfeitamente o requisito de notória especialização exigido pelo § 3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado para a plena satisfação do objeto.**

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WAGNER ROCHA GOMES

Equipe de apoio

THAIS VASCONCELOS DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Propostainscrição.pdf (66.64 KB)

Curitiba, 14 de Julho de 2026

Proposta nº 28.535/2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

A/C: POLYANE LOPES DE ALMEIDA

Encaminho a proposta acerca do **20º Pregão Week**, que será realizado nos dias **19 a 23 de Outubro de 2026**.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
2	7.330,00	2.760,00	11.900,00

2 CARGA HORÁRIA:

30 Horas de Capacitação.

3 ESTÁ INCLUSO:

- 01 jantar de abertura;
- 07 coffee break;
- 04 almoços;
- Material de Apoio;
- Acesso a palestras e oficinas;
- Certificado Digital 05 dias após o término do evento;
- Gravação 30 dias após o término do evento na plataforma www.npevents.com.br.

4 INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda .

CNPJ: 10.498.974/0002-81 . Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:



Banco do Brasil AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 12/09/2026

Atenciosamente,
DEBORA CRUZ
Consultor Comercial



Emitido em 17/09/2026

TERMO DE REFERENCIA Nº 41/2026 - CPS PROAD (12.69.37)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 21/09/2026 08:46)

RODRIGO DE OLIVEIRA SIMOES

PRO-REITOR

PROAD (12.69)

Matrícula: ###398#4

(Assinado digitalmente em 18/09/2026 14:32)

THAIS VASCONCELOS DE SOUZA

DIRETOR

DLIC-PROAD (12.69.03)

Matrícula: ###085#4

(Assinado digitalmente em 18/09/2026 14:45)

WAGNER ROCHA GOMES

ADMINISTRADOR

CPS PROAD (12.69.37)

Matrícula: ###467#4

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **41**, ano: **2026**, tipo:
TERMO DE REFERENCIA, data de emissão: **17/09/2026** e o código de verificação: **6048498870**